

NAVI ENERGIAS SUSTENTÁVEIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

NAVI ENERGIAS SUSTENTÁVEIS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

Aos
Acionistas e Diretores da
Navi Energias Sustentáveis S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidados

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Navi Energias Sustentáveis S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Navi Energias Sustentáveis S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidados

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 31 de março de 2023, opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidados

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidados livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

Navi Energias Sustentáveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.180.050	31.441.372	3.186.903	31.500.184
Clientes	5	-	-	939.502	-
Adiantamentos	6	31.445	272	3.479.271	12.731
Impostos a recuperar	7	675.728	183.133	678.366	184.158
Despesas antecipadas		39.643	-	39.643	-
Total do ativo circulante		<u>3.926.865</u>	<u>31.624.777</u>	<u>8.323.685</u>	<u>31.697.073</u>
Ativo não circulante					
Investimentos	8	145.964.587	44.541.860	-	-
Imobilizado	9	483.239	37.113.618	149.142.740	81.959.684
Total do ativo não circulante		<u>146.447.826</u>	<u>81.655.478</u>	<u>149.142.740</u>	<u>81.959.684</u>
Total do ativo		<u><u>150.374.692</u></u>	<u><u>113.280.255</u></u>	<u><u>157.466.425</u></u>	<u><u>113.656.757</u></u>
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	10	203.893	175.436	7.045.335	475.685
Obrigações tributárias	11	9.503	18.736	259.795	94.447
Dívidas e Financiamento CP	12.1	2.094.875	77.565.611	-	77.565.611
Provisão para IRPJ e CSLL		-	-	-	542
Total do passivo circulante		<u>2.308.271</u>	<u>77.759.783</u>	<u>7.305.130</u>	<u>78.136.285</u>
Passivo não circulante					
Dívidas e Financiamento LP	12.2	<u>124.994.237</u>	-	<u>127.089.113</u>	-
Total do passivo não circulante		<u>124.994.237</u>	-	<u>127.089.113</u>	-
Patrimônio líquido					
Capital social	13	39.000.188	499.990	39.000.188	499.990
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	38.500.198	-	38.500.198
Prejuízos acumulados		(15.928.006)	(3.479.716)	(15.928.006)	(3.479.716)
Total do patrimônio líquido		<u>23.072.182</u>	<u>35.520.472</u>	<u>23.072.182</u>	<u>35.520.472</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>150.374.692</u></u>	<u><u>113.280.255</u></u>	<u><u>157.466.425</u></u>	<u><u>113.656.757</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Navi Energias Sustentáveis S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de prestação de serviços	-	-	5.095.861	-
(-) Custos dos serviços prestados	-	-	(321.990)	-
Lucro bruto	-	-	4.773.870	-
Despesas gerais e administrativas	14 (3.712.458)	(1.596.033)	(4.831.042)	(1.795.592)
Resultado de equivalência patrimonial	3.198.535	(185.768)	-	-
(Prejuízo) antes do resultado financeiro	(513.923)	(1.781.801)	(57.172)	(1.795.592)
Receitas financeiras	15 1.512.723	1.413.275	1.535.267	1.432.049
Despesas financeiras	15 (13.447.092)	(3.111.190)	(13.473.440)	(3.111.672)
Resultado antes dos impostos	(12.448.291)	(3.479.716)	(11.995.346)	(3.475.215)
Impostos de renda e contribuição social	-	-	(452.944)	(4.501)
Prejuízo líquido do exercício	(12.448.291)	(3.479.716)	(12.448.291)	(3.479.716)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Navi Energias Sustentáveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	<u>(12.448.291)</u>	<u>(3.479.716)</u>	<u>(12.448.291)</u>	<u>(3.479.716)</u>
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(12.448.291)</u>	<u>(3.479.716)</u>	<u>(12.448.291)</u>	<u>(3.479.716)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10	(10)	-	-	-
Aumento de capital	499.990	-	-	-	499.990
Adiantamento para futuro aumento de capital			38.500.198		38.500.198
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(3.479.716)	(3.479.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	500.000	(10)	38.500.198	(3.479.716)	35.520.472
Aumento de capital	38.500.208	(10)	-	-	38.500.198
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(38.500.198)		(38.500.198)
Prejuízo líquido do exercício	-	-		(12.448.291)	(12.448.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	39.000.208	(20)	-	(15.928.007)	23.072.182

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(12.448.291)	(3.479.716)	(11.995.346)	(3.475.215)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação	-	-	141.093	-
Custos a amortizar s/ debêntures	458.903	-	458.903	-
Juros sobre debêntures	5.499.847	2.538.894	5.499.847	2.538.894
Resultado de equivalência patrimonial	(3.198.535)	185.768	-	-
IR e CS correntes	-	-	(452.944)	(4.501)
Custos a amortizar s/ Empréstimos	1.437.100	-	1.437.100	-
Juros s/ Empréstimos	2.612.735	-	2.612.735	-
	(5.638.241)	(755.054)	(2.298.612)	(940.822)
Variações dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	-	-	(939.502)	-
Adiantamentos	(31.173)	(272)	(3.466.540)	(12.731)
Despesas antecipadas	(39.643)	-	(39.643)	-
Impostos a recuperar	(492.595)	(183.133)	(494.208)	(184.158)
Obrigações tributárias	(9.233)	18.736	165.348	98.948
Fornecedores	28.457	175.436	6.569.650	475.685
	(544.186)	10.767	1.795.105	377.744
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(6.182.427)	(744.287)	(503.507)	(563.078)
Juros pagos	(8.038.741)	-	(8.038.741)	-
IR e CS pagos	-	-	-	(3.959)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(14.221.168)	(744.287)	(8.542.248)	(567.037)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(158.557)	(37.113.618)	(139.759.698)	(81.959.684)
Baixa de imobilizado	-	-	72.435.006	-
Adiantamento para futuro aumento de capital nas investidas	(38.716.218)	(38.720.400)	-	-
Aporte de capital nas investidas via imobilizado	36.788.936	-	-	-
Aporte de capital nas investidas	(55.876.574)	(6.007.228)	-	-
Dividendos recebidos	(3.631.400)	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(61.593.813)	(81.841.246)	(67.324.692)	(81.959.684)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos - Captação	123.039.278	10.000.000	123.039.278	10.000.000
Empréstimos e financiamentos - Amortização principal	-	(10.000.000)	-	(10.000.000)
Aumento de capital	-	499.990	-	499.990
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	38.500.198	-	38.500.198
Debêntures - Captação	17.520.085	75.026.717	17.520.085	75.026.717
Debêntures - Amortização principal	(93.005.705)	-	(93.005.705)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	47.553.658	114.026.905	47.553.658	114.026.905
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(28.261.322)	31.441.372	(28.313.281)	31.500.184
No início do exercício	31.441.372	-	31.500.184	-
No final do exercício	3.180.050	31.441.372	3.186.903	31.500.184
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(28.261.322)	31.441.372	(28.313.281)	31.500.184

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Navi Energias Sustentáveis S.A. ("Companhia") é uma companhia anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3477, Torre Norte, conjunto 82, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 44.173.962/0001-18, e foi constituída em 9 de novembro de 2021.

A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras companhias como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

A Companhia é a única acionista em 11 (onze) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que estão desenvolvendo 9 Usinas Fotovoltaicas. Em função de grande parte de suas controladas estarem em fase pré-operacional e por conta da necessidade de caixa das SPEs, a Companhia realizou transações de financiamento ao longo de 2023.

As SPEs celebraram contratos de longo prazo de locação e operação e manutenção das usinas fotovoltaicas com consórcios de usuários, Obtendo assim a remuneração pelo seu investimento.

As empresas investidas, NES 3, NES 4 e NES 8 entraram em operação no 2º semestre de 2023 e os demais projetos possuem conclusão de suas obras e energização previstas para o 1º trimestre de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido ("CCL") encontra-se positivo em R\$3.713.469 (R\$1.018.555 no consolidado) e em 2022 esteve negativo em R\$46.041.156 (R\$46.439.212 no consolidado), a variação ocorreu devido a amortização de curto prazo com as debêntures emitidas em 2022 e vencidas em 2023 (Nota 10).

Em 2023, a Companhia aprovou o financiamento do BNDES, no montante de R\$ 125.000.000 para captação de recursos a longo prazo para quitação da dívida.

A Companhia é capaz de liquidar seus passivos no curso normal das operações, não havendo dúvida sobre a sua continuidade operacional.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações Contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 16.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 16.

a. Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as Demonstrações Contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

b. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As Demonstrações Contábeis de controladas são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora, as Demonstrações Contábeis de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as Demonstrações Contábeis das controladas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis.

<u>Empresas investidas</u>	<u>Atividade</u>	<u>Participação</u>
NES 1 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 2 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 3 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 4 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 5 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 6 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 7 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 8 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 9 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 10 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%
NES 11 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	Geração de energia solar	100%

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das Demonstrações Contábeis, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Campanhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, que tende a ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Campanhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido.

(ii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 14).

2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, caixas e equivalentes de caixa.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, referem-se a investimentos financeiros que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia e suas controladas também possuem investimentos financeiros cujo os resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos.

3.4 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.5 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

Debêntures

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, não conversíveis, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Fornecedores

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.10 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As Empresas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iii) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(iv) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.11 Direito de uso e arrendamentos mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil ("arrendamento"). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3.12 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas pela primeira vez em 2023 e novas normas, revisões e interpretações que entrarão em vigor:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023
Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2)	Acréscem exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47	01/01/2024
Alterações na norma IAS 1/CPC 26	Esclarece que apenas <i>covenants</i> a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório	01/01/2024
Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das Demonstrações Contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das Demonstrações Contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável	01/01/2025

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	26.264	42.466	31.621	70.037
Aplicações financeiras	3.153.786	31.398.906	3.155.281	31.430.147
	<u>3.180.050</u>	<u>31.441.372</u>	<u>3.186.903</u>	<u>31.500.184</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2023, sobre o DI CETIP ("CDI") entre 95% e 96%.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 16.

5 Clientes

As Empresas NES 3, NES 4 e NES 8 entraram em operação ao longo de 2023. Para tal, possuem contratos de Locação e Operação e Manutenção cujo o caixa pode ser recebido em até 3 meses após o mês de competência. Esse valor é, portanto, provisionado ao longo desse período e, ao ser recebido, é dado baixa.

	Consolidado	
	2023	2022
NES 3	333.380	-
NES 4	395.919	-
NES 8	210.203	-
	<u>939.502</u>	<u>-</u>

6 Adiantamentos

Valores pagos a fornecedores de máquinas e equipamentos ainda não recebidos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos a Fornecedores	31.445	272	3.479.271	12.731
	<u>31.445</u>	<u>272</u>	<u>3.479.271</u>	<u>12.731</u>

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ	182.047	182.047	183.206	182.047
CSLL	1.085	1.086	1.085	1.086
PIS	42.712		42.712	-
ISS	-		1.477	-
IRRF	449.884	-	449.886	1.025
	<u>675.728</u>	<u>183.133</u>	<u>678.366</u>	<u>184.158</u>

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos em Empresas controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.3 (b)).

	Saldo inicial em 01/01/2023	Equivalência patrimonial	Dividendos pagos	Integralização de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Saldo final em 31/12/2023
NES 1	10	- 603	-	610	-	17
NES 2	202.289	- 35.399	-	10.339.932	- 204.010	10.302.812
NES 3	1.583.123	249.568	-	5.844.262	- 1.584.900	6.092.053
NES 4	1.539.059	437.834	(181.900)	6.041.542	- 1.661.360	6.175.175
NES 5	-	100.543	-	22.576.263	-	22.475.719
NES 6	966	- 165.742	-	23.130.082	- 12.010	22.953.296
NES 7	1.636.467	- 31.080	-	6.122.349	- 1.636.010	6.091.727
NES 8	23.868.510	3.444.855	(3.449.500)	22.099.982	- 19.887.500	26.076.347
NES 9	7.215.212	- 143.104	-	16.578.768	- 5.227.610	18.423.266
NES 10	8.496.224	- 452.080	-	27.837.029	- 8.507.000	27.374.173
NES 11	-	- 5.172	-	990	4.182	-
	<u>44.541.860</u>	<u>3.198.535</u>	<u>(3.631.400)</u>	<u>140.571.809</u>	<u>- 38.716.218</u>	<u>145.964.587</u>

A seguir, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Resultado
NES 1	17	-	-	-	620	- 603
NES 2	160.228	10.477.545	334.961	-	10.338.211	- 35.399
NES 3	337.212	5.811.311	56.471	-	5.842.485	249.568
NES 4	517.255	5.922.984	265.064	-	5.737.341	437.835
NES 5	198.905	23.536.678	1.259.864	-	22.576.263	- 100.543
NES 6	272.844	24.058.437	1.377.985	-	23.119.038	- 165.741
NES 7	75.827	6.191.915	176.015	-	6.122.806	- 31.079
NES 8	826.349	25.510.217	260.218	-	22.631.492	3.444.856
NES 9	1.532.783	17.642.176	751.693	-	18.566.369	- 143.103
NES 10	475.399	29.508.237	2.609.463	-	27.826.253	- 452.079
NES 11	-	-	-	-	4.673	- 4.673

	2022					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Resultado
NES 1	10	-	-	-	10	-
NES 2	1.759	201.429	899	-	205.010	- 2.721
NES 3	2.302	1.580.821	-	-	1.585.900	- 2.777
NES 4	2.526	1.537.250	717	-	1.662.360	- 123.301
NES 5	-	-	-	-	10	- 10
NES 6	966	-	-	-	13.010	- 12.044
NES 7	6.332	1.634.749	4.614	-	1.637.010	- 543
NES 8	43.537	24.177.625	352.652	-	23.863.861	4.649
NES 9	2.221	7.216.902	3.911	-	7.252.447	- 37.235
NES 10	12.643	8.497.290	13.709	-	8.508.000	- 11.776
NES 11	-	-	-	-	10	- 10

9 Imobilizado

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Baixas/ Transferências	Controladora Saldo em 31/12/2023
Adiantamento para aquisição de ativos	-	36.788.936			(36.788.936)	-
Imobilizado em andamento Usinas Fotovoltaicas	-	324.682	158.557			483.239
Total		37.113.618	158.557	-	(36.788.936)	483.239
Custo		37.113.618	158.557	-	(36.788.936)	483.239
Depreciação acumulada				-		-
Imobilizado Líquido		37.113.618	158.557	-	(36.788.936)	483.239

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Baixas/ Transferências	Consolidado Saldo em 31/12/2023
Adiantamento para aquisição de ativos	0,3774%	72.435.006			(72.435.006)	-
Imobilizado em andamento Usinas Fotovoltaicas	0,3774%	9.524.678	102.373.550 37.385.606	(141.093)		111.898.228 37.244.512
Total		<u>81.959.684</u>	<u>139.759.156</u>	<u>(141.093)</u>	<u>(72.435.006)</u>	<u>149.142.740</u>
Custo		81.959.684	139.759.156		(72.435.006)	149.283.834
Depreciação acumulada		-		(141.093)		(141.093)
Imobilizado líquido		<u>81.959.684</u>	<u>139.759.156</u>	<u>(141.093)</u>	<u>(72.435.006)</u>	<u>149.142.740</u>

- (i) Referem-se aos gastos com a implantação dos projetos solares. No consolidado, os valores foram classificados na rubrica de imobilizado em função de representarem adiantamentos para construção do ativo qualificável, que é responsável por gerar benefícios econômicos futuros à Companhia. O ativo ainda não está sendo depreciado devido as Empresas controladas se encontrarem em fase pré-operacional.

10 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de 203.893 (no consolidado de 7.045.335) e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 175.436 (R\$ 475.685 no consolidado), sendo composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à implantação dos projetos das controladas, com vencimento no decorrer do exercício de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	<u>203.893</u>	<u>175.436</u>	<u>7.045.335</u>	<u>475.685</u>
	<u>203.893</u>	<u>175.436</u>	<u>7.045.335</u>	<u>475.685</u>

11 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL			173.598	
PIS sobre faturamento	729	2.493	4.770	2.493
COFINS sobre faturamento	4.483	15.340	23.135	15.340
Tributos retidos na fonte	4.292	903	58.293	76.614
	<u>9.503</u>	<u>18.736</u>	<u>259.795</u>	<u>94.447</u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

12 Dívidas e Financiamento

12.1 Debentures

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, não conversíveis, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

Foram emitidas 110.00 (cento e dez mil) debêntures em série única, de valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 26 de setembro de 2023.

O objetivo da captação das debêntures foi para à implantação e construção dos parques solares, bem como para quitação dos valores no âmbito da Cédula de Crédito Bancário Inter.

A debênture foi liquidada antecipadamente em maio de 2023. As movimentações das debêntures encontram-se evidenciadas abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2022	-
(+) Aquisição principal	75.485.620
(+) Juros apropriados	2.538.894
(-) Custo a amortizar	(458.903)
Saldo final em 31/12/2022	77.565.611
Saldo inicial em 01/01/2023	77.565.611
(+) Aquisição principal	17.520.085
(+) Juros apropriados	5.499.847
(-) Amortização juros	(8.038.741)
(-) Amortização principal	(93.005.705)
(-) Custo a amortizar	458.903
Saldo final em 31/12/2023	0,00

12.2 Empréstimos

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou o financiamento do BNDES, no montante de R\$ 125.000.000, sendo que 50% do crédito à taxa nominal de 2,52% e o restante indexado a TLP mais taxa de 1,5% a.a..

A 1ª liberação ocorreu em maio de 2023 no valor de R\$ 112.500.00,00 e foi utilizada para quitação da dívida de curto prazo. As demais liberações estão associadas a condições de avanço dos projetos, pré-definidas no contrato.

Até dezembro de 2023, as liberações ocorridas totalizaram R\$ 123.039.278 de principal.

As movimentações do financiamento encontram-se evidenciados abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2023	-
(+) Aquisição principal	123.039.278
(+) Juros apropriados	2.612.735
(-) Custo a amortizar	1.437.100
Saldo final em 31/12/2023	<u>127.089.113</u>

O pagamento da dívida deverá ocorrer em 182 parcelas, pagas trimestralmente a partir de 15 março de 2024 e se encerrando em 15 de abril de 2039.

Garantias

A garantia fidejussória do contrato de financiamento do BNDES é prestada pelo Banco Bradesco S.A. e está limitada ao valor de R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), acrescida dos juros, das comissões, da pena convencional e dos demais encargos pactuados no contrato

Para regular a garantia fidejussória foi assinado pelo Banco Bradesco S.A. e Navi Energias Sustentáveis S.A. um Instrumento Particular de Prestação de Fiança e outras Avenças em 22 de março de 2023 ("Contrato de Fiança"). O referido Contrato de Fiança tem suas obrigações garantidas por garantias reais e fidejussórias, são elas:

(i) Garantias reais:

- (i.1) Alienação fiduciária: (a) da totalidade das ações da Afiançada, de titularidade do Navi FIP, que representam, nesta data, 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das ações de emissão da Afiançada, em favor do Fiador ("Alienação Fiduciária de Ações"); e (b) da totalidade das quotas das SPEs, de titularidade da Afiançada, que representam, nesta data, 100% (cem por cento) das quotas de emissão das SPEs ("Alienação Fiduciária de Quotas" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, a "Alienação Fiduciária de Ações e Quotas").
- (i.2) Cessão fiduciária de todos os direitos (inclusive direitos emergentes) e créditos das SPEs oriundos (a) de cada um dos Contratos dos Projetos; (b) das Apólices de Seguro; (c) das garantias outorgadas pelas contratadas no âmbito dos Contratos dos Projetos; e (d) todos os direitos e créditos, atuais e futuros, da Afiançada e das SPEs com relação a determinadas contas bancárias, incluindo qualquer valor depositado, bem como investimentos feitos com valores ali depositados e ganhos e rendimentos deles oriundos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), em favor do Fiador; e
- (i.3) Alienação fiduciária da totalidade dos equipamentos e máquinas relativos aos Projetos, de propriedade das SPEs, atuais ou a serem adquiridos, montados ou construídos ("Alienação Fiduciária de Equipamentos"), em favor do Fiador.

- (ii) Garantias Fidejussória: As SPEs obrigam-se solidariamente, entre si e para com a Afiançada, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Fiador, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente responsáveis por todas as Obrigações Garantidas.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 39.000.198 (R\$ 499.990 em 2022), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 39.000.198 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Participação	2023	2022
Navi Energias Sustentáveis S.A.	100%	39.000.198	500.000
(-) Capital a integralizar		(10)	(10)
		<u>39.000.188</u>	<u>499.990</u>

13.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, não houve a constituição da reserva legal devido a Companhia apurar prejuízo contábil no exercício.

13.3 Adiantamento para futuro aumento de capital social

O propósito dos adiantamentos é aumentar o capital da entidade ao longo do exercício, mediante alteração contratual aprovada em assembleia por Deliberação da Diretoria.

Os adiantamentos para aumento de capital são irreversíveis e irrevogáveis e portanto não são passíveis de devolução. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos adiantamentos é de R\$ 38.500.198 (trinta e oito milhões, quinhentos mil e cento e noventa e oito).

14 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas administrativas				
Condução e locomoção	33	2.000	333	2.000
Telefone e internet	-	2.090	1.300	2.090
Viagens e estadias	4.384	-	6.284	25.000
Aluguel	-	-	430.416	9.747
Despesas legais	58.974	316.442	95.180	329.995
Depreciação	-	-	141.093	-
Comissões e corretagens	1.175.982	-	1.175.982	-
Seguros	87.122	-	87.122	-
Outras despesas administrativas	5.400	2.319	11.917	4.421
	<u>1.331.896</u>	<u>322.851</u>	<u>1.949.628</u>	<u>373.253</u>

Navi Energias Sustentáveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impostos e taxas				
Multas e Juros	212	(600)	420	(747)
Taxas municipais	-	(391)	207	(438)
Impostos e taxas PIS e COFINS	427	(1.250)	8.341	(1.439)
	70.292	(65.717)	70.292	(65.717)
	<u>70.931</u>	<u>(67.958)</u>	<u>79.260</u>	<u>(68.341)</u>
Despesas com serviços prestados				
Serviços de contabilidade	324.695	(142.973)	324.695	(142.973)
Serviços de consultoria	-	(169.267)	52.200	(269.267)
Honorários de advogados	406.678	(554.689)	470.883	(603.463)
Manutenção das instalações	-	(289.542)	33.001	(289.542)
Serviços de assessoria	1.574.943		1.863.693	
Outros serviços	3.315	(48.753)	57.682	(48.753)
	2.309.631	(1.205.224)	2.802.154	(1.353.998)
	<u>3.712.458</u>	<u>(1.596.033)</u>	<u>4.831.042</u>	<u>(1.795.592)</u>
Total das despesas administrativas				

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.508.561	1.413.275	1.525.375	1.432.030
Juros recebidos	2.036	-	2.036	-
Descontos obtidos	0	-	5.595	-
Outras receitas financeiras	2.127	-	2.261	19
	1.512.723	1.413.275	1.535.267	1.432.049
Despesas financeiras				
Multas e juros sobre outras operações	(557)	-	(21.266)	-
Juros s/ debêntures	(5.499.847)	(247.281)	(5.499.847)	(247.314)
Juros s/ empréstimos	(2.612.735)	(2.538.894)	(2.612.735)	(2.538.894)
Despesas bancárias	(8.164)	(124)	(9.213)	(305)
Despesas com IOF	(1.259.501)	(96.612)	(1.261.129)	(96.880)
Custos e comissões s/empréstimos e debêntures	(2.018.118)	(135.908)	(2.018.118)	(135.908)
Fianças	(2.048.169)	-	(2.048.669)	-
Outras despesas financeiras	-	(92.371)	(2.462)	(92.371)
Descontos concedidos	-	-	-	-
	(13.447.092)	(3.111.190)	(13.473.440)	(3.111.672)
Resultado financeiro	<u>(11.934.369)</u>	<u>(1.697.915)</u>	<u>(11.938.173)</u>	<u>(1.679.623)</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas (SPes) apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido. No exercício de 2023, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto	(12.448.291)	(3.479.716)	(11.995.346)	(3.475.215)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(3.979.876)	(1.183.103)	(3.825.875)	(1.181.573)
Resultados de controladas por equivalência	(1.087.502)	63.161	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	204	-	204
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	5.067.378	1.119.738	5.067.378	1.119.738
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(788.559)	66.132
Outros	-	-	-	-
Encargo fiscal	-	-	452.944	4.501
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(452.944)	(4.501)
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	-	-
	-	-	(452.944)	(4.501)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	-4,0%	-0,1%

17 Transações com parte relacionadas

17.1 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante o exercício de 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pelo grupo econômico das empresas responsáveis pela gestão da Navi Energias Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e bancos	26.264	42.466	31.621	70.037
Contas a receber	-	-	939.502	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	3.153.786	31.398.906	3.155.281	31.430.147
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Fornecedores	203.893	175.436	7.045.335	475.685
Empréstimos e financiamentos	127.089.113	-	127.089.113	-
Debêntures a pagar	-	77.565.611	-	77.565.611

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa, bancos, fornecedores e contas a receber com partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Debêntures - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e bancos	26.264	42.466	31.621	70.037
Aplicações financeiras	3.153.786	31.398.906	3.155.281	31.430.147

A Administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2023		Controladora	
	2022			
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Fornecedores	203.893	-	175.436	-
Empréstimos e financiamentos	2.094.875	124.994.237	-	-
Debêntures a pagar	-	-	77.565.611	-
	<u>2.298.768</u>	<u>124.994.237</u>	<u>77.741.047</u>	<u>-</u>
			Consolidado	
	2023		2022	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Fornecedores	7.045.335	-	475.685	-
Empréstimos e financiamentos	2.094.875	124.994.237	-	-
Debêntures a pagar	-	-	77.565.611	-
	<u>9.140.210</u>	<u>124.994.237</u>	<u>78.041.296</u>	<u>-</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPes controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado em 2023, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base na taxa IPCA projetada para 2024 no último trimestre de 2023, cuja valor definido foi de 3,92%, sendo estas definidas como cenário provável; considerando a elevação do IPCA para 4,5% (possível) e 5,10% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Projeção dos juros para 2024		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
Empréstimo BNDES	127.089.113	IPCA	8.755.829	9.150.416	9.558.609

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam contingências de natureza cível, tributária ou trabalhista.

20 Compromissos assumidos

a. Compromissos com fornecedores

A Companhia e suas controladas possuem contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2023, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

	2023		2022	
	CT Distribuição e Logística	BFW Energia e Negócios Sustentáveis Ltda	CT Distribuição e Logística	BFW Energia e Negócios Sustentáveis Ltda
NES 1	-	-	-	-
NES 2	331.849	-	4.280.948	1.549.342
NES 3	-	-	702.352	815.111
NES 4	165.924	78.746	411.223	1.258.063
NES 5	1.258.646	-	9.329.010	3.379.982
NES 6	1.262.321	108.800	9.447.000	4.264.619
NES 7	165.923	1.335	1.064.402	975.312
NES 8	73.104	-	1.213.275	427.240
NES 9	429.163	275.534	1.819.064	1.790.815
NES 10	2.487.494	109.874	2.619.275	4.258.224
NES 11	-	-	-	-
	<u>6.174.423</u>	<u>574.289</u>	<u>30.886.549</u>	<u>18.718.708</u>

21 Eventos subsequentes

As Usinas Fotovoltaicas referente as investidas NES 5, NES 6, NES 7, NES 9 e NES 10 foram energizadas no 1º trimestre de 2024, adicionado uma capacidade de 17MW em geração. Das 9 Usinas previstas do Projeto, 8 já estão energizadas e 1 aguardando energização por parte da distribuidora.